

Sindsep/MA convoca servidores do processo de anuênios/Funasa para entregarem documentação

A perseverança e empenho da Assessoria Jurídica do Sindsep/MA conseguiu mais uma vitória para seus filiados: o processo coletivo de anuênios da FUNASA, que contempla mais de 3.300 servidores, finalmente já transitou em julgado e agora já entrou em fase de execução.

Para dar prosseguimento a movimentação da ação e posterior liberação do dinheiro, convocamos todos os servidores e servidoras, pensionistas e herdeiros de servidores(as) da FUNASA a

comparecer ao SINDSEP/MA para verificarem se foram contemplados nesse processo e, em caso positivo, precisam trazer todos os documentos para apresentarem os comprovantes necessários para a elaboração dos cálculos e ajuizamento das execuções.

Na mesma ocasião, a assessoria jurídica irá verificar se há outras ações que os servidores ou pensionistas tenham direito e que ainda não tenham sido ajuizadas.

É importante destacar que a Justiça deu como prazo final

para a entrega dos documentos o dia 30 de maio.

Não deixe para a última hora, compareça à sede do Sindsep/MA em São Luís ou em qualquer de nossas Secretarias Regionais munidos de seus documentos com urgência, afinal, os advogados precisam checar todos a documentação antes de enviá-los à Justiça.

Lembrando que esse processo envolve apenas os servidores(as) da FUNASA e o prazo limite para entrega dos documentos é 30 de maio.

Comissão na Câmara aprova audiência pública para debater reajuste de servidores federais

O reajuste dos servidores públicos será tema de uma audiência pública na Comissão de Trabalho, Administração e Serviço Público (CTASP) da Câmara dos Deputados. A atividade foi aprovada a partir de um requerimento apresentado pelos coordenadores da Frente Parlamentar Mista do Serviço Público, deputados Paulo Ramos (PDT-RJ) e Rogério Correia (PT-MG). Entre os convidados está o ministro da Economia, Paulo Guedes, além de representantes de diversas categorias do setor público. A data da audiência pública ainda precisa ser confirmada.

Por ser ano eleitoral, há uma série de empecilhos para concessão de reajuste ao funcionalismo. Se não houver avanço no orçamento 2022, servidores só poderão voltar a ter reajuste a partir de 2024. "Todo o reforço nessa luta é necessário e conseguir esse espaço de debate junto ao Legislativo é também crucial

nesse processo", comenta o secretário-geral da Condsef/Fenadsef, Sérgio Ronaldo da Silva.

Os deputados argumentam a necessidade de pautar o tema para buscar um entendimento diante de diversas informações que vem sendo propagadas desde o ano passado sobre o assunto. A última proposta ventilada pelo governo de reajuste linear de 5% vem sendo rejeitada pela categoria.

O deputado Rogério Correia acrescentou que a situação de arrocho da classe trabalhadora vem levando o país a uma recessão econômica, pois não se tem renda, situação que, hoje, vai para além do desemprego. Nesse cenário, acrescentou o deputado, esse debate do reajuste é urgente.

Ampliar a pressão

Movimentos de greve e mobilização vem acontecendo e devem ser ampliados de modo a pressionar o governo a abrir negociações com representantes do

funcionalismo. Mas até o momento o governo não deu nenhum sinal da intenção de instalar um canal efetivo de negociações para tratar de reajuste.

A maioria dos servidores do Executivo está com salários congelados há mais de cinco anos e reivindica uma recomposição salarial emergencial de 19,99%. O percentual é referente às perdas de um período de três anos de governo Bolsonaro. Vale destacar que só nos primeiros meses desse ano a inflação já bateu sucessivos recordes e não dá sinais que irá ceder.

A tática de Bolsonaro vindo sendo a de empurrar a crise com o funcionalismo enquanto seu governo ganha tempo usando a mídia para testar a reação dos servidores a propostas que vão sendo ventiladas sem nenhum respaldo formal. Só a ampliação da mobilização pode conseguir avanços nesse cenário.

Fonte: Condsef



Receita Federal avisa Serpro que não vai conseguir pagar pelo processamento de dados

Desde o final de janeiro, quando o governo anunciou cortes de verba de R\$ 988 milhões no orçamento do Instituto Nacional de Seguro Social (INSS), especialistas apontam que a diminuição de recursos para órgãos públicos geraria um efeito dominó na administração pública.

E foi exatamente o que aconteceu com a Receita Federal que, no final de abril, enviou um ofício ao o Serviço Federal de Processamento de Dados (Serpro) avisando que não iria conseguir pagar pelos serviços de processamento de dados. A notícia, divulgada no dia 26 de abril pela CNN aponta que, a partir de 12 de maio, a Receita deixará de honrar seus compromissos com o Serpro.

Conforme aponta um funcionário da empresa pública, a falta de pagamento não fará com que o Serpro deixe de trabalhar para a Receita: “A gente sabe que o Serpro vai manter todos os serviços funcionando e, cedo ou tarde, a empresa vai receber do governo pelo serviço prestado... como sempre foi!”.

A fala do especialista reflete uma prática há muito realizada pelo Serpro e também pela Empresa de Tecnologia e Informações da Previdência (Dataprev): a manutenção do trabalho mesmo com adiamento (às vezes longuíssimos) de pagamentos. Por serem

empresas públicas, Dataprev e Serpro não têm como principal orientação o lucro, mas sim o atendimento ao Brasil e aos brasileiros, como explicou o Congresso em Foco na reportagem “Sistemas para políticas públicas não podem parar”, publicada no site em 26 de março.

Antevendo o compromisso de sempre, o próprio Serpro informou: “Não há qualquer risco de prejuízo ao processamento das declarações de Imposto de Renda, ou ao pagamento de restituições, porventura decorrente de qualquer questão contratual”. Ao que o especialista da empresa acrescentou: “Se tal serviço fosse prestado por uma empresa privada, ou paga-se em dia ou o serviço para!”

Enquanto os funcionários do Serpro se preparam para prosseguir normalmente com o trabalho, evitando que os brasileiros passem por transtornos, e que o Estado fique sem o dinheiro da arrecadação de impostos, a Receita Federal está de pires na mão.

Segundo a CNN, na última reunião da junta de execução orçamentária, o pedido de suplementação orçamentária feito pela Receita sequer entrou em pauta. Oficialmente, a Receita Federal afirma que está trabalhando junto ao governo para tentar recompor seu orçamento, que deveria ser de R\$ 917 milhões, porém, alcançou apenas R\$ 554,6 milhões.

Entre idas e vindas, Receita e governo, a população brasileira mal se dá conta que com a privatização do Serpro a situação seria dramática: “Imagine os cidadãos sem processamento das declarações de imposto de renda, sem restituição de imposto, entre outros serviços?”, questiona o funcionário da empresa de tecnologia.

Manter a Dataprev e o Serpro como empresas públicas é a única forma de notícias como essas estarem apenas nos jornais, e não como justificativa de falta de comida na mesa dos cidadãos porque o Estado deixou de arrecadar impostos e não pode fazer os pagamentos.

Salve Seus Dados

A Campanha Salve Seus Dados foi criada por empregados voluntários das empresas públicas de tecnologia do Brasil, Dataprev e Serpro, e gerenciada pela Associação Nacional dos Empregados da Dataprev (ANED), tem por objetivo alertar que a desestatização da Dataprev e do Serpro põem em risco dados sensíveis de toda a população brasileira, de empresas e do Estado, seja pela Receita Federal, o INSS, o Sistema Único de Saúde (SUS), a Procuradoria Geral da Fazenda Nacional (PGFN), os órgãos de defesa e outras áreas do governo federal.

Fonte: CUT

A Reforma Administrativa faz mal ao Brasil

**CANGELA
A REFORMA
JÁ!**